

NAS NOSSAS MÃOS

Em vez de perguntar o que pode um Governo fazer por nós, devemos interrogar-nos sobre o que podemos fazer por nós mesmos

Os portugueses vão hoje às urnas num estado de descrença e desânimo que tem suscitado a surpresa dos muitos repórteres estrangeiros que nos têm visitado. Para quem cá vive este clima não é novidade e talvez só nos devesse surpreender haver ainda quem acredite que umas eleições e qualquer outro Governo pode resolver o problema. E devia surpreender-nos porque, nos tempos que correm, aquilo que está nas mãos de um Governo fazer, sendo ainda muito e porventura até demasiado, é insuficiente para, digamos assim, “fazer um país novo”. Tal está, sobretudo, nas mãos dos portugueses. Tal está não apenas em deixarmos de nos interrogar sobre o que Governo pode fazer por nós, porventura não ainda em perguntarmo-nos sobre o que podemos fazer pelo país, mas tão somente em tomarmos em mãos o que pode estar nas nossas mãos. Tomemos o exemplo, recorrente, da educação. Regra geral debate-se o que pode o Estado fazer pelas escolas e universidades e, quase sem excepção, promete-se muito e mais investimento. O facto singelo de Portugal já gastar 5,8 por cento do PIB em Educação no sector público (mais 0,1 por cento no privado) parece não incomodar ninguém – nem o facto de dessa quantidade de dinheiro resultarem dos piores níveis de aprendizagem dos países da OCDE. Países da OCDE onde, em disciplinas como a Matemática, as Ciências e a língua materna, os melhores resultados são obtidos quase sempre pela Finlândia e pela Coreia do Sul.

Quando é que gasta a Finlândia? 5,7 por cento do seu PIB no sector público e 0,1 por cento no privado. E a Coreia? Apenas 4,8 por cento do PIB no sector público mas

uns valentes 3,4 por cento no privado. Por outras palavras: nem na Coreia nem na Finlândia é por o Estado gastar muito que os resultados são bons. Onde está o seu segredo? Marçal Grilo contou-nos que encontrou recentemente a ministra da Educação da Finlândia e lhe pediu para explicar o segredo. Ela falou primeiro do dinheiro que investiam, de como procuravam que as escolas estivessem bem organizadas e da gratuidade do acesso, mas o nosso antigo ministro não ficou satisfeito: muitos dos pontos que referia não eram assim tão diferentes do que já fazemos ou procuramos fazer. Por fim a ministra finlandesa disse-lhe que havia ainda outro factor muito importante: a Finlândia era o país do Mundo com maior índice de leitura colectiva. À noite, em lugar de se sentarem em frente da televisão, os pais lêem livros alto aos seus filhos. Para Marçal Grilo estava ali a chave do segredo finlandês. Já para entender o segredo coreano é conveniente ler a revista brasileira “Veja” desta semana. Lá se explica não só como o Estado investe mas como a educação é uma verdadeira obsessão nacional. Apesar das escolas públicas serem excelentes, as famílias gastam cerca de 30 por cento do orçamento familiar em aulas complementares não que para que os filhos não “chumbem” mas para que sejam os melhores da turma. É impensável uma escola funcionar sem os pais acompanharem os seus resultados e participarem na sua gestão e as universidades privadas são tão competitivas que têm sistemas para procurar nos escalões mais baixos os melhores alunos e depois oferecem-lhes bolsas. Com esta determinação não surpreende que a Coreia tenha passado de um rendimento per capita de 600 dólares em 1960 para 17.900 hoje, de uma taxa de 33 por cento de analfabetos para 2 por cento e tenha 82 por cento dos jovens a frequentar o ensino superior. É certo que as longas noites finlandesas podem estimular as sessões de leitura e a milenar cultura confuciana da Coreia valoriza a educação, mas enquanto os portugueses não entenderem que esta é uma responsabilidade primeira de todos e dos pais em particular, e não do Estado e das escolas, nenhum Governo nos salvará. JOSÉ MANUEL FERNANDES

PÚBLICO

contribuinte nº 502265094
depósito legal nº 45458/91
registro ICS nº 114410

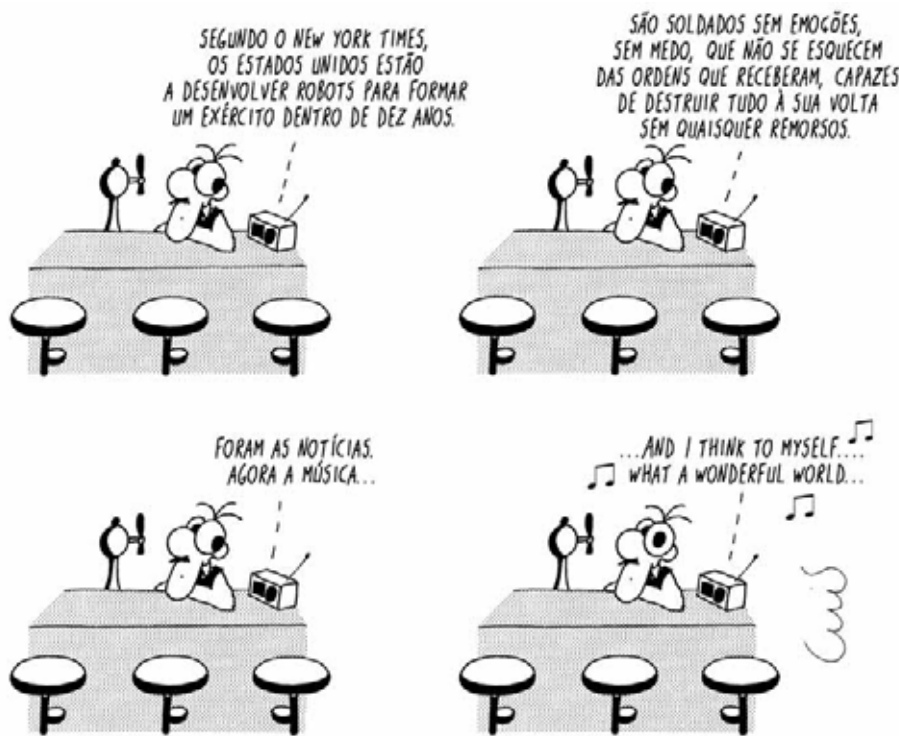
E-mail: publico@publico.pt LISBOA: Rua Vitorino, 13 - 1069-315 Lisboa. Telef.: 21111000 (PPCA) Fax: 21111006. Dir. Empresa 210111005; Dir. Editorial 210111006; Agenda 210111007; Redacção 210111008; Publicidade 210111013/21011014 • PORTO: Rua João de Barros, 265 - 4150-414. Telef.: 226151000 (PPCA) / 226102314; Fax: Redacção 226151009 / 226102213; Publicidade: Distribuição 226151011 • BRAGA: Rua do Raio, 42 - 4700-125 Braga. Telef.: 253202650; Fax: 253617993 • AVEIRO: Edifício Santa Catarina, rua 32 de Janeiro, 19, sala D - 3810-192, Aveiro. Telef.: 234282759 Fax: 234382507 • COIMBRA: Rua Corpo de Deus, 3-2º - 3000-176 Coimbra. Telef.: 239529554; Fax: 239829648 • ALGARVE: Avenida da República Federal Alemã, Hótel C-2 - 8000 Faro. Telef.: 289809552; Fax: 289809855 • VILA REAL: Rua 31 de Janeiro, 41 - 3º, sala 303, 5000 Vila Real. Telef.: 259329282; Fax: 259329285 • MADEIRA: Rua dos Ferreiros, 55-2º Dr - 9000 Funchal. Telef.: 291231611 • PROPRIETÁRIO: PÚBLICO Comunicação Social, SA. Sede: Rua João de Barros, 265, 4150 Porto • IMPRESSÃO: Unipress, Tv. Anselmo Braamcamp, 220-Arcos/4405, Valadares; Telef.: 227570730; Mirandela - Rua Rodrigues Faria, 103, 1300 Lisboa. Telef.: 213613400; Fax: 213613489 • DISTRIBUIÇÃO: Mídiasa Portugal - Distribuição de Publicações, S.A.; Lisboa: Telef.: 219267800; Fax: 219267850; Porto: Telef.: 227169600/1; Fax: 227161222/3; Algarve: Telef.: 289836380; Fax: 289836388; Coimbra: Telef.: 239430519; Fax: 239431592 • ASSINATURAS: 008200095



Tiragem média total do mês de Janeiro
66.666 exemplares

Bartoon

LUÍS AFONSO



Cartas ao Director

As cartas destinadas a esta secção — incluindo as remetidas por e-mail — devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos os. Não se devolvem os originais dos textos não solicitados, nem se prestará informação postal ou telefónica sobre eles.

Endereço electrónico:
cartasdirector@publico.pt

O porquê do nosso pessimismo

Está provado que quanto a pessimismo nos encontramos ao mais baixo nível dos países europeus. Nunca fomos um povo alegre, apesar de sermos acolhedores e simpáticos. Se o pessimismo em nada contribui para que se encare o hoje e o amanhã de forma positiva, pelo contrário, também teremos de assumir que existem demasiadas razões para o país estar com este estado de espírito. Olhando à nossa volta, vemos o desemprego a crescer exponencialmente, pela total incapacidade de colocar os jovens no primeiro emprego e pela constante falência de empresas.

Quanto à justiça, não funciona: os processos acumulam-se assustadoramente. Quanto à saúde, continua tudo na mesma, e já se perderam as contas quanto ao número de pessoas em listas de espera para operações e não se percebe o funcionamento dos hospitais públicos e privados. Quanto à educação, já se percebeu que a adaptação do ensino ao mundo do trabalho não existe, o desfasamento é total.

Quanto à segurança social, só se ouve falar em cortar despesas, em acabar com as reformas, em cortar com subsídios, em vez de se criar receitas incentivando o emprego, em vez de fiscalizar quem indevidamente recebe subsídios. Quanto à segurança de pessoas e bens, nada é feito. Fala-se em investir na modernização das forças armadas, como se estivéssemos em perigo iminente de invasão. Os jovens ficam assustados porque não

vislumbram emprego, o que se encontram na meia-idade vêem ameaçada a reforma para a qual já trabalharam mais do que irão trabalhar, os doentes e qualquer cidadão que hoje possa estar de plena saúde não sabe qual a protecção com que poderá contar. Os idosos quase são criticados só por terem conseguido sobreviver tantos anos, são um fardo em vez de uma referência. Este é o panorama do país, para o qual não se vislumbram melhorias. Logo, a onda crescente de pessimismo justifica-se, podendo inverter-se no momento em que algumas das muitas medidas prometidas sejam postas em prática.

AUGUSTO KÜTNER DE MACALHÃES
PORTO

Somos curiosos...

Houve tempos, não há muito tempo atrás, em que acreditava que Portugal estava disposto a mudar de vida. Lía muitos dos artigos na imprensa e notava, como denominador comum, uma vontade de discutir tudo. Questionar se o caminho actual era o mais indicado para o nosso Portugal. Notava que existia um interesse generalizado em discutir e debater ideias diferentes. Pensava que o “deixa andar”, nosso principal inimigo, tinha sido substituído por um empenhamento colectivo. O que possuíamos não chegava. Em suma, existia ambição em Portugal e por Portugal. Toda a gente tinha ideias e queria dar o seu contributo para o alterar do rumo da situação do país. Senti que realmente as coisas aproximavam-se de mudar, pois as palavras e alguns gestos pareciam indicar que a inércia inicial estava realmente ultrapassada. Iriamos, realmente, mudar de vida.

Pensava eu, o “chico-esperto” da vida fácil começaria a ser criticado pelos seus actos e não pelo sentimento de inveja que advém da incapacidade de fazer igual. Os “melhores” não fugiriam das suas responsabilidades e as “elites” marcariam presença. Ainda cheguei a notar alguns apelos, perguntando onde estavam as elites... Tudo em vão! Aquilo que eu na altura

pensava ser realmente uma mudança de vida, não foi mais do que uma forma de reagir ao acordar de uma realidade inexistente. Houve um choque económico que levou a um desequilíbrio temporário da nossa “estabilidade acomodada do deixa andar”. O momento de instabilidade emocional e intelectual, auxiliado pelo acto de pavor ao vazio, resultou nessa atitude de discutir Portugal.

Contudo, rapidamente se notou que era necessário algum tempo, persistência, força de vontade, lutar contra um mar de interesses e, principalmente, coragem. Depois, cedo se notou que a economia iria, aos poucos, voltar a ser positiva. Em breve iria haver mais dinheiro, futebol, festas, eventos, etc. Desta forma, o desvario e até esse luxo intelectual de debater projectos e ideias diferentes foi facilmente esquecido, pois mais vale um pássaro, morto acrescento eu, na mão do que dois a voar.

Somos curiosos. Nós, portugueses, somos realmente curiosos. Muitas das vezes é necessário o reconhecimento exterior e público, para sermos avaliados positivamente por entre os nossos pares. Dá a impressão que é uma obrigatoriedade. Não se fazem juízos de valor centrados na qualidade da pessoa ou no seu trabalho.

Também relacionada com esta necessidade de uma análise exterior para se notar o que vai por dentro, é o facto de ser preciso “alguém de fora” fazer notar que algo que não vai bem, para num ápice toda a gente começar a discutir o problema. Assim aconteceu, por exemplo, com a questão da prostitutas de Bragança. Vivemos bem com os problemas desde que não estejam referenciados “publicamente” e diagnosticados. Sabemos a sua existência, mas mantemos, numa enervante teimosia, um espírito conservador e acomodado. Parece ser sempre preferível esperar que alguém, que não nós próprios, resolva o problema. Preferimos sempre sofrer aos poucos e todos os dias, do que sofrer tudo de uma só vez e resolver os problemas. Nós, portugueses, somos, realmente, curiosos...

EDUARDO A. SILVA